



SOBRE O ANIQUILAMENTO DE CORPOS INVISÍVEIS: REFLEXÕES SOBRE TRANSMASCULINIDADES E SUICÍDIO¹³

Bruno Latini Pfeil

Cello Latini Pfeil

Em seu texto *The Fear of Death*, Charles William Wahl (1959) nos descreve uma era de triunfos na ciência, com avanços inimagináveis há menos de uma década. A capacidade de alterar o fluxo dos rios, por exemplo, subvertendo as dinâmicas geográficas naturais, nos fez acreditar que não há obstáculos que não possamos enfrentar com as ferramentas e o conhecimento acumulados ao longo dos séculos. Apesar desse falso otimismo, considerando as perdas passadas, futuras e contínuas em detrimento desse inestimável “avanço” tecnológico, há uma exceção à invencibilidade científica. Podemos racionalizá-la, atenuar seus efeitos psicossociais, espiritualizá-la; contudo, apesar de termos desenvolvido tantas técnicas cirúrgicas e terapias psicofarmacológicas, não podemos escapar da morte.

Para Wahl (1959), a morte ocupa um lugar ambíguo em nossa cultura. Em histórias lúdicas e contos de fada, a morte é muitas vezes representada simplesmente como um banimento temporário de nossa realidade, um acontecimento corriqueiro e até mesmo reversível. A morte pode ser compreendida como uma rede de símbolos, cujos significados variam para cada pessoa e cultura. A causa da morte também carrega bastante significado, quando pensamos na variabilidade geográfica em que ocorre. Com o tempo, consolidamos nossa temporalidade juntamente aos estigmas e o peso atribuídos à morte, passando a reprimir nossos desejos de destruição. De um lado, concebemos a finitude como parte inevitável da vida; de outro, ela se torna a inimiga que devemos enfrentar com todas as forças, porém sem admiti-la. Ao mesmo tempo em que temos consciência de nossa finitude, não conseguimos nos referir a ela. Quando alguém morre, dizemos que a pessoa “se foi” ou “não está mais aqui”. Preservamos o corpo para que tenhamos a ilusão de que ele está somente dormindo, vivo. O medo da

¹³ Publicado originalmente pelo portal do Coletivo CILEP. Disponível em: <<https://investigacoeslibertarias.wordpress.com/2021/07/21/sobre-o-aniquilamento-de-corpos-invisiveis-reflexoes-sobre-transmasculinidades-e-suicidio-por-bruno-latini-e-cello-latini/>>.



morte, título do texto de Wahl, não se limita à finitude orgânica; abrange também os significados atribuídos à morte no decorrer da história e, principalmente, o valor atribuído aos corpos que morrem.

Esse movimento de profunda negação da morte, de seu mascaramento e rejeição por meio da medicalização compulsória, da periferização dos mortos, do enfeite de cadáveres, concebe o suicídio como algo completamente avesso à convenção estabelecida. Temos, então, o suicídio num lugar indefinido, entre a morte e a vida: a morte, como algo temido, que deve ser mascarado; a vida, como algo protegido e normalizado; e o suicídio, como uma negação da vida em vida.

Mas não podemos nos esquecer de um processo anterior à morte física, algo que atravessa aqueles corpos cuja morte é constantemente produzida. Entramos no campo do que Foucault denomina de *biopolítica*, ferramenta de análise dos processos de “fazer viver” e “deixar morrer”, de forma que a vida e a morte sejam produzidas por meio de relações de poder, enraizadas em políticas de reconhecimento. Pensamos a morte para além de uma perspectiva orgânica, previamente à falência material do corpo, e direcionamos atenção especial ao fenômeno do suicídio. Tal como a morte, como veremos, é atravessada por dinâmicas biopolíticas, o suicídio, enquanto causa de morte, também o é. Enquanto reconhecemos os fatores psicofarmacológicos, endocrinológicos e fisiológicos, no geral, que podem contribuir para um estado depressivo, compreendemos também que a delimitação do que seria um estado “normal” e saudável também depende dos discursos normativos sobre o que seria um corpo ideal. Esse corpo prende-se no modelo branco eurocêntrico, e podemos somar a ele a cisgeneridade, a heterossexualidade e a endossexualidade como integrantes dessa normatividade biológica.

Se a delimitação da saúde fundamenta-se em ditames culturais, a doença atravessa seu avesso sociocultural. Seguindo por esse pensamento, questionamos: o que delimitou a normalidade? O que normatizou o corpo de tal forma que este só coubesse em ‘saúde’ e ‘doença’ baseadas na cisheterobranquidade e na endossexualidade compulsória? Quem inventa a saúde não a molda em um corpo que não seja seu próprio, pois, se não fosse, estaria se sentenciando às próprias violências que fomenta: a tutela médica, os “tratamentos” violentos da psiquiatria, as internações compulsórias. O sistema que nos classifica como doentes é o mesmo em virtude do qual adoecemos.



Assim, se o adoecimento é produzido na mesma lógica da classificação, podemos afirmar que o adoecimento e a classificação andam de mãos dadas. Em estudos sobre masculinidades, gênero e sexualidade dissidentes, as transmasculinidades ou não são abordadas, ou são abordadas como um mero detalhe, ou como uma “categoria particular”. A morte social precede a morte orgânica.

A questão aqui diz respeito não somente à vida orgânica, ao corpo que se exime de existir, mas àquele que não consegue ser construído e reconhecido enquanto o corpo que defende ser, mas que sabe que é. Antes de morrermos fisicamente, por razões quaisquer, sofreremos mortes sociais. Essa é a perspectiva central deste trabalho, e sua demonstração é fundamental para que tomemos ação no reconhecimento de identidades que não estão sendo compreendidas.

A morte de pessoas transmasculinas sofre tanta invisibilização quanto o próprio reconhecimento de suas identidades. Os Dossiês de Violência da ANTRA encontram grande dificuldade de mapear os assassinatos e as violências que atravessam as transmasculinidades, justamente porque, no imaginário social, nossos corpos não existem. Não se consegue mapear algo que inexistente. No contexto das transmasculinidades, pensamos em um índice gritante: a taxa de 85,7%. Esse número representa o percentual estimado de quantas pessoas transmasculinas já tentaram ou consideraram cometer suicídio, segundo o “Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans”, realizado em 2015 pelo NUH/DAA (UFMG, 2015). O estudo foi feito a partir de um questionário online em grupos de facebook de homens trans e pessoas transmasculinas. Dentre os participantes, 71,45% afirmaram ter ou já ter tido depressão.

Nossa inexistência social não interrompe as políticas de aniquilamento das subjetividades transmasculinas, o apagamento de suas histórias, a deslegitimação de suas epistêmes. Existir em uma realidade que nega uma identidade por meio de irreconhecimento sistemático acarreta em violências das quais não se consegue desviar, pois, a princípio, não possuem ponto de partida estritamente definido, nem um destino socialmente consolidado. Pensar o fenômeno do suicídio de corpos transmasculinos é, também, pensar se, em vida, estes corpos realmente eram considerados vivos, existentes, epistêmicos. O suicídio talvez não simbolize apenas a morte orgânica, mas a busca pelo que tentamos negar ao máximo: um mundo que não nos reconhece, que nos



apaga a todo custo.

Aqui, compreendemos a morte nos níveis literal e simbólico. O primeiro, a morte física, decorrente de possíveis fatalidades; o segundo, o não reconhecimento do sujeito, os epistemicídios, o apagamento histórico, a marginalização, a imposição de identificações e performances que não nos dizem respeito, a precarização da vida. Quando o corpo de uma pessoa trans é identificado por seu nome de registro inicial, observamos a morte não somente quando nossos corpos param de funcionar, mas também quando nossas identidades – e territorialidades – são negadas em detrimento da ordem social. Daí, entendemos que a morte não se limita ao cessamento de atividades cerebrais, mas sim ao apagamento de identidades. O exercício desse poder ultrapassa a aniquilação física e passa a um tipo de dominação que coloniza a subjetividade.

O poder, para Foucault (2005), é uma malha microcapilar em constante movimento: produz quem morre e quem mata – e quem resiste à morte, sendo a morte, como vimos, integrante e propulsora das dinâmicas biopolíticas de poder. Unindo as noções de biopoder, de Foucault, e de soberania, Mbembe (2016) entende que os limites da soberania são matar ou deixar de viver. Podemos entender a soberania como o controle sobre a mortalidade, e a necropolítica como a “capacidade que o soberano tem de definir quem deve morrer e quem deve viver” (DE MORAES, 2020, p. 9). Se estamos inseridos nas dinâmicas da necropolítica, e se todo Estado, nascido a partir do direito de matar, é uma espécie de necro-Estado, então podemos dizer que, para além do direito de matar nossos corpos, os agressores fomentam uma política suicidógena que empurra nossos corpos aos limites da resistência, ao suicídio. Pensamos, então, não em pessoas que se suicidaram, mas sim que foram suicidadas, e o que marca os corpos a serem suicidados é uma série de fatores em oposição aos quais a cisheterobranquidade opera.

Porém, o que ocorre quando o outro não é reconhecido como outro? Ou quando o reconhecimento necessário para que haja outremização – isto é, a exclusão a partir do reconhecimento da diferença, ou da reivindicação da diferença – é impossibilitado pela escassez de arcabouço simbólico, de linguagem para nomeação? A teoria clássica da soberania delegava o direito de deixar viver e de fazer morrer ao rei soberano. Compreendemos a vida e a morte, aqui, não em âmbito meramente material, orgânico, mas através da formação de redes subjetivas: a vida só existe dentro de uma lógica de



sujeição e legitimação; quaisquer organismos que não sejam *inteligibilizados* não estão necessariamente vivos, não são necessariamente pessoas, sujeitos de direito.

Ao pensarmos um modelo de sociedade eurocentrado, guiado pelos modos do patriarcalismo e do capitalismo, podemos traçar a localização geográfica dos sujeitos de nossas narrativas. A geografia nos concede a noção de *território*, “aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 157), passível de análise sobre as dinâmicas de morte e vida perpetradas em determinado espaço:

Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder. (FOUCAULT, 1979, p. 158)

Mas não sabemos localizar geograficamente onde estão os corpos transmasculinos. Não há um lugar socialmente definido que se saiba que eles desejam ocupar ou ao qual sejam forçosamente relegados por serem transmasculinos. Também não há um lugar ao qual eles possam recorrer historicamente ou que os represente socialmente, que os reconheçam como corpos transmasculinos. Não há uma subjetividade construída em torno de suas experiências. Em suma, são corpos que simbolicamente não existem, geograficamente nunca existiram e que não possuíram perspectiva de construir uma rede de subjetividades. De Moraes (2020, p. 12) entende esse fenômeno ao afirmar que “a discriminação, a perseguição e o amor pela morte (simbólica, psicológica e/ou física)” de grupos marginalizados e/ou dissidentes são demarcados pelo conceito de outrocídio. É à morte simbólica e psicológica que direcionamos nossa atenção.

Esse sistema de apagamento – que podemos entender como uma política de morte-em-vida – configura-se como um contínuo de violências materiais e simbólicas contra identificações e performances inconformes às normas de gênero. A vida e a morte, nesse sentido, apresentam-se não como estados orgânicos ou de consciência, mas como artifícios políticos, uma vez implicando na forma como o sujeito sobrevive em ambientes que produzem morte pela invisibilização, pelo não reconhecimento, pela estigmatização e fetichização do corpo.

O ato de matar relaciona-se tanto ao homicídio e ao suicídio quanto às nossas mortes diárias pela invisibilização e pela exposição à morte. Quando Foucault define a



soberania como “a teoria que vai do sujeito para o sujeito, que estabelece a relação política do sujeito com o sujeito” (2005, p. 50), compreendemos a intimidade com que as relações de poder, que constituem o corpo social, constituem o sujeito enquanto tal. O poder, diz ele, produz o sujeito que o produz. A soberania legitima o poder e a lei mediante discrepâncias constitutivas, demográficas e culturais entre um sujeito e outro. Possuir direito de vida e de morte demanda necessariamente uma inclinação à morte, pois o “efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (FOUCAULT, 2005, p. 286); ou seja, na perspectiva foucaultiana, é o direito de matar que habilita o soberano a deixar viver e a *fazer* morrer, denunciando uma evidente atividade no quesito da morte e uma aparente – e camuflada – passividade na questão da vida. É assim que os sujeitos são ‘sujeitados’: apresentando-se como a única possibilidade de constituição subjetiva, a teoria da soberania detém o poder sobre aqueles que, de fato, são legitimados pela lei e sobre aqueles outros que, ao contrário, são sujeitos a ela.

Contudo, os sujeitos ‘sujeitados’ à lei passam por um processo de reconhecimento: são reconhecidos como sujeitos sujeitos. Ainda que pessoas transmasculinas também façam parte desse grupo, nunca seriam reconhecidas como transmasculinas – no máximo, como corpos divergentes, mas sua reivindicação não seria compreendida, já que socialmente inexistente. Diante disso, nos perguntamos: como pode haver aniquilamento de um corpo que não é reconhecido? Como pode haver aniquilamento sem alvo definido?

Faremos aqui uma comparação para mostrar como diferentes violências são direcionadas a diferentes corpos.

Identificamos um imaginário social para as travestilidades, completamente atrelado à prostituição, ao perigo, estigmatizado, estereotipado e transfóbico; é um imaginário em relação ao qual pessoas transfemininas são localizadas. Percebemos o teor da violência travestifóbica em levantamentos estatísticos presentes nos Dossiês da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil) e do IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação). No “Dossiê dos Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2019”, foram documentados 124 assassinatos de pessoas trans, sendo 3 de homens trans. O Dossiê exhibe estimativas concernentes à população transfeminina, como sua distribuição em empregos formais,



na prostituição e em atividades informais e subempregos. Cerca de 90% das travestis e mulheres trans se prostituem. A porcentagem de mulheres trans e travestis no ensino superior não chega a 0,1%, e mais da metade da população transfeminina não concluiu o ensino fundamental. Em relação à expectativa de vida, estima-se que transexuais femininas e travestis possuam uma média de vida de 35 anos de idade, ressaltando, ainda, que 82% dos casos de assassinatos identificados foram contra pessoas transfemininas pretas e pardas, segundo o Dossiê. Isso significa que existe a demarcação de um alvo, a definição de um sujeito que é aniquilado. Além de uma política de morte, existe uma política do reconhecimento: é a partir do reconhecimento – um reconhecimento preconceituoso e estigmatizante, que não está acompanhado da legitimação da identidade feminina – da travesti que se sentencia seu aniquilamento. Porém, nos complicamos ao estabelecermos uma ordem temporal entre o reconhecimento e o aniquilamento, pois pessoas transmasculinas não são reconhecidas como tais e, ainda assim, são aniquiladas. Embora não haja reconhecimento, existe morte; uma morte precedente, algo que visualizamos como uma morte-em-vida.

O não-reconhecimento de corpos transmasculinos é atravessado por uma grave invisibilização. Observamos isso na dificuldade da ANTRA e do IBTE de conseguirem, em seus Dossiês, fazer levantamentos de dados sobre homens trans e pessoas transmasculinas. Embora procurem abarcar as violências ao máximo, tais organizações não podem mapear algo que não é noticiado nem reconhecido. Se os levantamentos de dados são feitos pelo mapeamento de notícias das violências, a lacuna de dados se dá pela falta de notícias, ou pela maneira errônea como veículos de informação nomeiam nossos corpos. Um exemplo disso é a reportagem do programa Fantástico sobre Lourival Bezerra. Não tivemos acesso à reportagem original, pois a página¹⁴ apresentou-se como inexistente, provavelmente retirada do ar devido à enxurrada de críticas à transfobia explícita. A identidade de gênero de Lourival foi tratada como um “segredo” guardado por 50 anos; após sua morte, em 2018, sua “verdadeira identidade”, ou seja, seu nome de registro deveria ser desvendado para validar a inscrição de sua sepultura.

Essa reportagem é somente um exemplo dos processos de pós-morte de pessoas trans. Os processos de mortificação de determinados sujeitos estão ligados à

¹⁴ <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/02/03/mulher-se-passou-por-homem-por-50-anos-e-segredo-so-foi-descoberto-apos-morte.ghtml>



determinação da soberania por outros. Da mesma forma como a morte adquiriu diferentes simbolismos de acordo com seu horizonte histórico e sua localidade, as dinâmicas de poder, no que diz respeito ao poder sobre o corpo – e, no caso, também sobre os corpos mortos –, também mudaram. Historicamente, corpos suicidados foram despidos de localização geográfica, sendo enterrados fora dos cemitérios e sem sepultura, tal como os corpos indigentes, desprovidos de identidades sociais ou cujas identidades não recebem reconhecimento social valoroso para um sepultamento no ‘lado bom’ da cidade.

O que ocorre constantemente com pessoas trans é uma etapa inédita dessa deslocalização: são enterradas com um nome que não lhes representa. Para Mbembe (2016), temos que a morte não se resume ao fim da vida ou do indivíduo, mas se expande à condição para que a vida se impulse. A vida confronta a morte, e é fundada por ela. Em corpos trans, ou a morte representa a vida – sendo a vida uma espécie de mortificação constante, com signos como ‘nome morto’ sendo reavivados a todo instante – ou a precede, uma vez que corpos trans nascem no escopo da norma. Um corpo trans nunca nasce já vivo; pelo contrário, nasce mortificado, e faz nascer a si próprio aos poucos, ao longo do tempo, sob represálias. Assim, segundo Mbembe (2016, p. 125), se tornar um sujeito “supõe sustentar o trabalho da morte”, pois é por meio do enfrentamento da morte, do trabalho que esse esforço comporta, que o ser humano se diferencia do animal. É a partir dessa diferenciação que nos tornamos capazes de historicizar nossas vidas e construir narrativas próprias. Contudo, quando é que narrativas trans – em todo momento trabalhando contra a morte – conseguem se fazer ouvir, se historicizar? Nosso enfrentamento da morte produz narrativas, que não são legitimadas, muito menos historicizadas. Em relação às transmasculinidades, as narrativas produzidas encontram empecilhos para formarem redes próprias de subjetividades devido à deslocalização.

Se a geografia demarca as relações de poder (FOUCAULT, 1979), a falta dela demarca não a ausência de dinâmicas biopolíticas, mas uma política do não-reconhecimento, violências veladas. Os agressores são localizáveis, mas o lugar aonde as violências se direcionam não está nítido, acarretando em uma dificuldade de mobilização e defesa e em um silenciamento sistemático de vozes cujos enunciadores não realmente existem no arcabouço simbólico do patriarcado e da ocidentalidade. Pensar o aniquilamento de subjetividades transmasculinas requer um aprofundamento



nas dinâmicas opressivas aqui assinaladas, desde a enxurrada de subnotificações e sub-registro de identidades transmasculinas em registros de óbito, seja por suicídio, homicídio ou demais causas, até a exposição absurda de pessoas transmasculinas enquanto mulheres cis, como exemplificamos no caso de Lourival.

A compreensão destas dinâmicas de aniquilamento demanda um aprofundamento em estudos sobre os processos de mortificação materiais e simbólicos aos quais somos submetidos, e acreditamos que as análises aqui apresentadas demonstrem a necessidade de criarmos espaços próprios de produção de subjetividades transmasculinas. Talvez, a partir da produção de subjetividades nossas possamos desviar da morte-em-vida; reconhecendo-nos coletivamente podemos subverter a lógica da deslocalização que nos aguarda no momento em que tentamos levantar nossas bandeiras. Não adianta lutar por reconhecimento social em uma sociedade que não nos inteligibiliza, cuja [cis]norma não nos apraz, cujos mecanismos de auto-defesa inviabilizam qualquer possibilidade de autodeterminação. Se não somos reconhecidos por Eles, que sejamos plenamente reconhecidos por Nós, e que esse reconhecimento seja, para eles, o aniquilamento que até então nos sobrepôs.

Referências Bibliográficas

DE MORAES, Wallace. Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. *Revista Teoliterária*, v. 10, n. 21, 2020.

Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: *Microfísica do poder*. 13ª ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista do ppgav/eba/UFRJ*, n. 32, 2016.

WAHL, Charles William. The Fear of Death. In: FEIFEL, Herman (Org). *The Meaning of Death*. New York, Toronto, London: McGRAW-HILL BOOK COMPANY, 1959.



Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH – UFMG), Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA – UFMG), 2015.